

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DO PRÉ-SAL E O RISCO DE DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL

André dos Santos Alonso Pereira¹
Edmilson Moutinho dos Santos²
Hirdan Katarina de Medeiros Costa³
Eduardo Guedes Pereira⁴

RESUMO

Maior produtor de petróleo do Brasil, o estado do Rio de Janeiro tem nas atividades petrolíferas sua principal atividade econômica. Devido a essa dependência ao petróleo, o estado poderia ser caracterizado como vítima da doença holandesa, situação que se agravou após mudanças legislativas que concentraram a renda petrolífera na federação, apesar do aumento da produção e exportação graças as reservas do Pré-Sal. O presente artigo pretende analisar essa possibilidade de o ente federativo sofrer deste malefício que acomete países exportadores de petróleo, e se o caso do Rio de Janeiro poderia representar um risco para o país e outros estados. Para tal, realizamos uma análise comparativa entre outros países vítimas da doença holandesa, bem como retomamos revisão de literatura acerca do tema.

Palavras-Chaves: Pré-Sal; Rio de Janeiro; Doença Holandesa

INTRODUÇÃO

Embora adquiram lucros volumosos com a exploração de petróleo, muitos países produtores são acometidos por uma série de problemas políticos e econômicos que podem ser categorizados dentro do conceito de maldição dos recursos naturais. A mais conhecida é a doença holandesa, termo criado pela revista *The Economist* na década de 1970, é o mais conhecido deles. Sua discussão na literatura é extensa, normalmente voltada para análises macroeconômicas em escala nacional (Bresser-Pereira, 2008; Mironov, 2015). Porém, estudos como o de Costa e Santos (2013), propõe uma análise mais regional, o que é mais adequado para a análise de países de dimensões continentais como o Brasil, com desenvolvimento econômico desiguais em termos espaciais.

Por definição, a doença holandesa é uma situação que acomete países que subitamente recebem uma grande injeção de capital estrangeiro devido à exploração massiva de um recurso

¹ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Energia do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – SP, andre.santos.pereira@usp.br

² Doutor em Economia da Energia pelo Instituto Francês do Petróleo e Universidade de Bourgogne - França, edsantos@iee.usp.br

³ Doutora em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – SP, hirdan@usp.br

⁴ Doutor em Petróleo e Gás Universidade de Aberdeen - Escócia, egp.portugal@gmail.com

natural ou commodity recém-descoberto, fazendo com que ele adquira relevância para sua economia (Periard; Losekann, 2012). Contudo, isto acaba sendo uma armadilha para o desenvolvimento do país, pois provoca desvalorização cambial da moeda nacional e cria uma excessiva dependência econômica da exploração do recurso (que muitas vezes possui variações de preços instáveis no mercado), minando a capacidade do país em diversificar suas atividades econômicas (Ross, 2015).

Muitas vezes, tal recurso é o petróleo, e a lista de países produtores de petróleo vítimas da doença holandesa é extensa. Muitos autores, como Bresser-Pereira (2019) e Stigler (2007), consideram que a situação de tais países serve como alerta a países que eventualmente se encontrarem nas condições propícias de aproveitar a bonança de um recurso descoberto, mas com um alerta para escapar dessas situações adversas. Com o Pré-Sal aumentando as reservas brasileiras, cogitou-se a hipótese de que o Brasil poderia tornar-se vítima da doença holandesa se a atividade petrolífera ganhasse maior participação nas atividades econômicas do país, principalmente nos estados produtores *offshore*, onde o Rio de Janeiro é o maior destaque.

METODOLOGIA

Partindo do princípio de que o Brasil como um todo possui diferenças geoeconômicas ao longo de seu território, analisaremos os “sintomas” de doença holandesa na evolução econômica recente do Brasil, e se o exemplo do estado do Rio de Janeiro é um alerta para o restante do país. O presente artigo é dividido em três seções: a primeira dedicada ao aprofundamento do conceito através do exemplo da Rússia. A segunda seção promove uma revisão das condições principais que apontam para uma situação de doença holandesa dentro do Brasil, analisando seus “sintomas” como a pouca diversificação econômica, desvalorização cambial e desindustrialização. Por fim, analisamos o caso específico do Rio de Janeiro, levando em consideração as condições supracitadas.

Desde que o conceito de doença holandesa foi criado, diversos autores – principalmente economistas – vem identificando países que se encaixam nesta condição (Periard; Losekann, 2012). Alguns adotam políticas de diversificação econômica para escapar destas situações, porém vários adentram a armadilha. Os exemplos mais comuns são países do Oriente Médio ou da África, normalmente membros da OPEP, embora alguns destes pratiquem medidas de diversificação econômica para superar a dependência do petróleo, como os Emirados Árabes Unidos (Ross, 2015). Entretanto, talvez o exemplo mais emblemático seja a Federação Russa, considerada uma das principais potências mundiais e protagonista na geopolítica do petróleo,

porém com diversos problemas econômicos e diplomáticos que dificultam sua posição em escala global (Busygina, 2018).

REFERENCIAL TEÓRICO

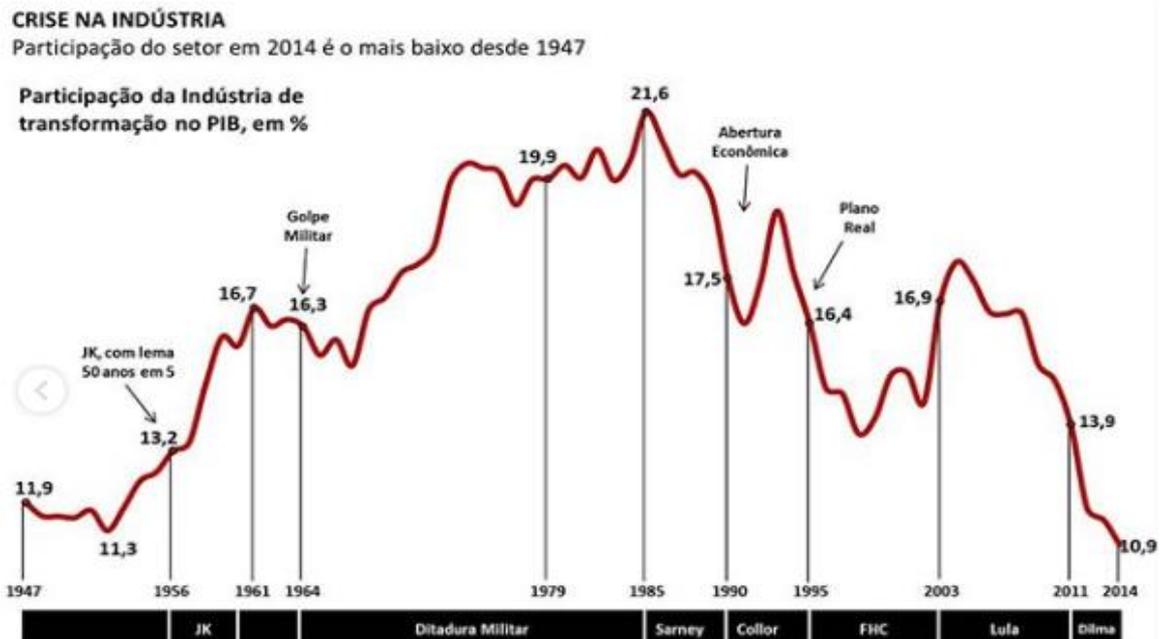
Para demonstrar a seriedade do risco de a doença holandesa atingir até mesmo os países mais poderosos do mundo, iniciamos com uma breve discussão sobre o cenário econômico da Rússia e o que exatamente a torna suscetível a doença holandesa. Proprietária de algumas das maiores reservas de hidrocarbonetos do planeta, a Rússia é uma das maiores potências energéticas do planeta e um dos principais *players* da geopolítica do petróleo. Sua exportação de gás natural para a União Europeia é designada por alguns autores como uma *gas weapon*, em referência ao seu uso como barganha em questões diplomáticas (Monié, 2012). Sendo tão influente em termos geopolíticos, o país não deveria estar acima dos outros países, menores e sem tanta influência, e, portanto, imune a doença holandesa?

Para muitos autores, contudo, o contrário é o que ocorre. Mironov e Petronevich (2015), apontaram em um estudo que a Rússia apresenta vários sinais de doença holandesa em sua economia. Eles atentam para a predominância intensa do governo nas principais empresas russas do setor, como a Gazprom e Rosneft, o que implica em maior gasto estatal para investimentos nessa área, “retirando” capital que poderia ser destinado em outras áreas, como o setor manufatureiro. Ross (2015) aponta que o controle sobre o setor de exploração de petróleo e gás no país é a principal fonte de sustentação política e econômica das oligarquias que comandam o país no período pós-soviético, iniciado no governo Yeltsin (1992-1999) e consolidado no governo de Vladimir Putin (2000-2008; 2012-), dois governos marcado por denúncias de manipulação de processos eleitorais (Sébille-Lopez, 2006).

Mas talvez os maiores sinais de demonstração russa de vulnerabilidade em relação a dependência dos hidrocarbonetos sejam os períodos de baixa demanda, como foi o caso da pandemia do Covid-19. As baixas receitas provenientes dos cortes de produção realizados para conter a queda do preço, tem grande efeito sobre a economia russa, mas também em sua capacidade de exercer pressão em sua política externa e manter a estabilidade interna, comprometendo sua força geopolítica (Mironov; Petronevich, 2018). Alguns autores apontam que em um cenário de transição energética em prol da descarbonização bem-sucedida, a Rússia seria um dos países que mais sairiam perdendo em termos econômicos e geopolíticos, perdendo tanto sua capacidade de gerar renda como manter seu status de grande potência (Overland et al, 2019).

A literatura sobre a possibilidade de o Brasil tornar-se vítima da doença holandesa vem aumentando consideravelmente desde o anúncio das reservas do Pré-Sal em 2006, com destaque para a primeira metade da década de 2010. Destes estudos, podemos destacar o de Jordan (2013), que analisou a depreciação cambial do Real e o processo de desindustrialização brasileira nas últimas décadas como possíveis sintomas de doença holandesa no país. Mesmo antes dessa leva de estudos estimulados pelo surgimento do Pré-Sal como fator novo, já havia um debate sobre a existência ou não de doença holandesa no Brasil, com uma corrente a favor usando a desindustrialização como principal argumento e uma outra oposta a primeira refutando-a através de dados estatísticos quando da participação das atividades industriais no PIB brasileiro (Strack; Azevedo, 2012), conforme podemos analisar no gráfico abaixo.

Figura 1: Participação das atividades industriais na composição do PIB brasileiro. Fonte: IBGE (2014), Elaboração: DEPECON/FIESP



Dos sintomas gerais de doença holandesa no Brasil, três particularmente tem destaque nesses estudos: aumento da exportação de produtos primários, desindustrialização e apreciação real da taxa de câmbio (Bresser-Pereira, 2008). Quanto ao primeiro fator, o Brasil de fato vem aumentando o volume de suas exportações desde as reformas econômicas dos anos 1990 (Bresser-Pereira et al, 2019). E de fato o próprio petróleo tornou-se um desses produtos exportadores. Contudo, não encontramos estudos que tenham identificado uma correlação entre a subida das vendas de petróleo com formação ou acentuação de um processo de doença holandesa no Brasil. Quanto ao segundo sintoma, a desindustrialização, partimos do mesmo princípio de Jordan (2013) que considera a desindustrialização como um declínio constante na

participação total da atividade industrial e de manufaturas na ocupação de vagas de emprego e de seu percentual na composição do PIB.

Para além das preocupações com fábricas fechadas dominando a paisagem de antigas regiões industriais e uma massa de trabalhadores desempregados, como no *Rust Belt* estadunidense, a desindustrialização é um fenômeno que em países desenvolvidos pode até mesmo implicar em uma maturação e evolução econômica, mas em países emergentes como o Brasil, ela pode resultar no regresso da economia para o setor primário, aumentar a necessidade de importações de produtos manufaturados e enfraquecer a auto sustentabilidade do mercado interno (Stracks; Azevedo, 2012). Além disso, o Brasil, cujos produtos manufaturados podem abastecer o mercado de países em desenvolvimento, como na América Latina, é voltado ao seu mercado interno, embora existam diversas possibilidades de parcerias, como o aproveitamento das reservas de lítio boliviana para a construção de carros elétricos (Sauer et al, 2016).

As reformas dos anos 1990, antes mesmo do surgimento do Pré-Sal na década seguinte, já propiciaram a ascensão das gigantes brasileiras do setor mineral, Petrobras e Vale, no mercado internacional (Bresser-Pereira, 2008). Porém, tal movimento também inibiu o desenvolvimento de indústrias mais avançadas no país, devido ao enfoque dado neste setor, em uma prática coloquialmente conhecida como “política dos campeões nacionais”, juntamente com outras empresas do agronegócio (com consequências nefastas em nível político-jurídico, como veremos na próxima seção). Em suma, isto provocou um fenômeno conhecido como “especialização”, que vai na contramão de umas políticas mais sugeridas como remédio para combater esse sintoma, a diversificação (Stack; Azevedo, 2013).

Por fim, temos o terceiro sintoma envolvendo a questão cambial. De fato, como a literatura mostra, o Brasil vem sofrendo nas últimas décadas uma depreciação acumulada de sua moeda, o Real, que principalmente desde a crise financeira global de 2008 vem tendo uma constante subida de valor perante o Dólar, moeda-padrão do sistema financeiro global, conforme o gráfico abaixo demonstra. Porém, diversos fatores influenciaram nessa variação. Um deles foi o boom das commodities da década de 2000, mas durante ela o petróleo do Pré-Sal sequer era um fato a ser considerado pela maior parte do tempo, e quando esta variável entrou na equação, ainda estava em fase de sondagens e prospecção para seu melhor dimensionamento e implementação de sistemas de engenharia que viabilizassem sua produção, o que de fato só ocorreu a posteriori (Jordan, 2013).

Figura 2: Variação do Dólar após a implementação do Plano Real (1994-2020) Fonte: Banco Central



Sendo assim, podemos observar ao analisar a literatura selecionada, que embora o Brasil apresente sintomas de doença holandesa, e até mesmo a possibilidade de que ele sofra com ela, as condições materiais e econômicas para tal já estavam dadas muito antes do projeto recente e ainda em andamento de tornar o Brasil um grande exportador de petróleo na expectativa de que isto traga o capital necessário para realizar os investimentos necessários para modernizar o país e trazer melhor qualidade de vida para sua população através de verbas para saúde e educação. Essa é conclusão de diversos autores, como Jordan (2013), Strack e Azevedo (2013) e Bresser-Pereira (2019). Porém, é necessário estar alertas aos sintomas, que embora não estejam em níveis irreversíveis, certamente estão em um patamar de alerta que requer mudanças políticas e jurídicas para mitigar e impedir sua evolução para estágios mais crônicos.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente um dos estados mais poderosos e ricos da Federação Brasileira, o Rio de Janeiro vem sofrendo um declínio econômico constante nas últimas décadas, que foi iniciado ainda nos anos 1960 quando o Distrito Federal foi transferido para o Planalto Central, retirando boa parte da subsistência e *raison d'être* de tanto o município como o agora unificado estado do Rio de Janeiro. Nos anos 1970, com a descoberta de petróleo *offshore* na bacia de Campos, confronto ao litoral fluminense, o estado pareceu encontrar uma nova vocação econômica, com diversos municípios, como Campos dos Goytacazes, adquirindo receitas e investimentos graças a exploração petrolífera. Em 2020, o Estado era responsável por 69% do petróleo produzido no território brasileiro (ANP, 2021).

A Petrobras, inicialmente que tinha o Rio de Janeiro como sede - a priori por ser a capital federal - manteve-se na cidade devido à proximidade com os campos de petróleo, bem como

dos centros universitários e técnicos de pesquisa criados para auxiliar no crescimento da capacidade técnica da empresa (Binsztok, 2012). Esses fatores contribuíram no longo prazo para a descoberta das reservas do Pré-Sal, maior conquista da empresa em seus mais de sessenta anos de fundação. Um novo ciclo de prosperidade parecia chegar para o Rio de Janeiro (Pinheiro Machado, 2018).

Contudo, não foi que os fatos se sucederam, por ora. Como vimos na seção anterior, é difícil apontar o Brasil inteiro como uma vítima de doença holandesa devido as suas diferenças regionais e o pouco peso relativo e histórico do petróleo na economia nacional. Contudo, quando mudamos nossa escala de análise para alguns estados específicos, como Costa e Santos (2013) fez com o Rio Grande do Norte, podemos identificar casos geográficos isolados. O Rio de Janeiro é certamente o caso mais notório. Para além da crise socioeconômica, o estado foi o mais afetado com as mudanças no setor de petróleo e gás brasileiros pós-2007.

Primeiramente, mesmo antes da crise provocada pela Operação Lava-Jato, o estado, principalmente os municípios produtores de petróleo, viram suas rendas ameaçadas com a aprovação da Lei do Pré-Sal de 2013 que mudou a distribuição dos royalties obtidos com a exploração petrolífera (Pereira, 2019), que passaram a favorecer mais a União do que os estados e municípios confrontantes da reservas do Pré-Sal, com base em artigos da constituição federal que asseguram ao poder federal o controle sobre os recursos localizados no mar territorial brasileiro (Pinheiro Machado, 2018). Novos investimentos em setores industriais, como o naval, foram sendo gradualmente abandonados conforme a política de investimentos da Petrobras e do governo federal foi mudando conforme a crise financeira da empresa reduziu suas receitas.

Na esfera política, o Rio de Janeiro exibiu seus principais sintomas de MRN, principalmente graças as práticas de má-gestão praticadas sucessivamente por diferentes governos estaduais e municipais em relação a administração da renda petrolífera, que basicamente tornou-se a principalmente fonte de renda local, juntamente com o setor de comércio e turismo. Ao final de 2020, o governo estadual atingiu uma triste marca de seis ex-governadores do Estado tendo sido presos ou afastados do cargo dentro do período entre 2016 e 2020. Desses, vale destacar Sérgio Cabral (2007-2014) e Moreira Franco (1987-1991), que foram condenados por corrupção em ações da Lava-Jato. Cabral, que foi governador justamente no período mais esperançoso com a produção do Pré-Sal, segue preso até a redação deste artigo.

Essa situação teve reflexos nas condições socioeconômicas da população local, com aumento da taxa de desemprego no estado durante a década passada, a maior disparada da região sudeste, assim com o alto índice de informalidade. Tal condição foi agravada em 2020

pela pandemia do Covid-19, piorando a contínua crise no estado (FIRJAN, 2020). O coeficiente de Gini, indicador utilizado para mensurar a desigualdade, foi maior no Rio de Janeiro em comparação aos outros estados da região Sudeste, e apresentou um crescimento superior à média brasileira, mesmo em relação aos estados mais pobres da federação (SEBRAE, 2017). Embora um estudo de caso mais detalhado sobre a doença holandesa no Rio de Janeiro mereça ser realizado, esta pequena análise demonstra que existe a possibilidade de tal condição existir a nível estadual em país de dimensões continentais como o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se compararmos o Brasil com a Rússia em termos de riscos de doença holandesa especificamente por conta da dependência da exportação de petróleo, podemos concluir que o Brasil não adentrou, ou até mesmo ampliou, seu risco de doença holandesa somente com o aumento de produção petrolífera graças as reservas descobertas do Pré-Sal. Muitos dos sintomas e condições pré-existentis já estavam consolidados na economia brasileira antes do anúncio da descoberta das reservas pela Petrobras. O Brasil segue um país dependente da exportação de produtos primários como soja e minério de ferro, principalmente para mercados como a China. Pode-se argumentar que o Pré-Sal tenha acentuado essa condição, mas sua existência por si só não provocou ela.

Por conta disso, o Brasil é um país de difícil análise para os casos de doença holandesa, pois a literatura internacional é voltada a casos de países exportadores de hidrocarbonetos, como a própria Rússia, que apesar de ter uma extensão territorial quase o dobro da brasileira, depende historicamente mais da variação dos preços de petróleo e gás para obter superávit econômico. As próprias divisões geoeconômicas do Brasil dificultam essa análise. Contudo, é possível aplicar essa metodologia comparativa ao analisarmos partes do território brasileiro, como o estado do Rio de Janeiro.

Com índices sociais em queda nos últimos anos, a principal função econômica do Rio de Janeiro para o restante do país foi consolidada com a produção do petróleo, com sua economia centrada nisto, tanto para tentar incentivar a recuperação de setores industriais como o naval, bem como a atração de multinacionais do setor para investimentos locais. A pandemia da Covid-19 já ilustrou, ainda que brevemente, um cenário onde a desaceleração da extração e exportação petrolífera pode provocar prejuízos ao estado fluminense. A nova redistribuição dos royalties do petróleo, polêmica desde sua implementação jurídica em 2013, contribuiu com a perda de receitas de alguns municípios. Para além da doença holandesa e outros malefícios

relacionados a exploração de recursos naturais, o Rio de Janeiro é um caso que merece atenção de todo o país para os riscos envolvidos na empreitada do Pré-Sal, não necessariamente um bilhete premiado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGARWAL, Raj; GOODELL, John W. – Sovereign wealth fund governance and national culture. **International Business Review**, vol. 27, págs 78-92, 2018.

BALMACEDA, Margarita M. – Differentiation, materiality and power: Towards a political economy of fossil fuels. **Energy Research and Social Science**, vol 39, págs 130-140, 2018

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. – The Dutch Disease and its neutralization: A Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, págs 48-71, Jan/Mar, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos; ARAÚJO, Eliane Cristina; PERES, Samuel Costa – An alternative to the middle-income trap. In: **Structural Change and Economic Dynamics**, nº52, March 2020, pages 294-312. <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2019.11.007>

COSTA, Hirdan; SANTOS, Edmilson – Institutional Analysis and the resource curse in developing countries . In: **Energy Policy**, nº 63, p. 788-795, 2013.

HAGE, Alexandre – Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate. In: **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, Vol. 2, nº1, Janeiro-Junho, 2008.

JORDAN, Louis – **Booms in Commodities, Appreciation of the Real and Deindustrialization: Is Brazil suffering from Dutch Disease?** – Dissertação, Center for Economics & Management, IFP School. Julho de 2013

LOKEN, Katrine V. – Family income and children’s education: Using the Norwegian oil boom as a natural experiment – **Labour Economics**, vol. 17, págs 118-129, 2010

LIMA, Paulo César Ribeiro – **Os desafios, os impactos e a gestão da exploração do pré-sal.** Consultoria Legislativa. Brasília: Estudo Novembro/2008

MACHADO, M. S. - Considerações sobre o Brasil e a Petrobras na Integração Sul-americana em tempos de Globalização. In: Susana Mara Miranda Pacheco; Mônica Sampaio Machado. (Org.). **Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial**. 1ed.Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, v. 1, p. 158-184.

MACHADO E SILVA, Isabela Morbach; COSTA, Hirdan K.M. – Brazillian Social Funds: The lessons learned from the Norway fund experience. **Energy Policy**, vol. 129, págs 161-167, 2019

MARTIN, André Roberto - **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery.** – 1ªed. – São Paulo: Hucitec, 2018

MENDES, Pietro; HALL, Jeremy; MATOS, Stella. SILVESTRE, Bruno – Reforming Brazil’s offshore oil and gas safety regulatory framework: Lessons from Norway, the United Kingdom and the United States. **Energy Policy**, vol. 74, págs 443-453, 2014

MIRONOV, Valery; PETRONEVICH, Anna – Discovering the signs of Dutch disease in Russia. In: **Resources Policy**, nº 46, p. 97-112, 2015

MOUTINHO DOS SANTOS, Edmilson; PEYERL, Drielli. The incredible transforming history of a former oil refiner into a Major Deepwater Offshore Operation: Blending Audacity, Technology, Policy, and Luck from the 1970's Oil Crisis up to the 2000s Pre-Salt Discoveries. In: S.F. Figueirôa et al. (eds.) *History, Exploration & Exploitation of Oil and Gas, Historical Geography and Geosciences*, Springer Nature Switzerland AG, 2019

PERIARD, Tiago; LOSEKANN, Luciano – Petróleo, doença holandesa e dependência da renda petrolífera - In: **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

PEREIRA, André – **Geopolítica do Petróleo Brasileiro: A estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)**. 2019, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Orientação: Profº Drº André Roberto Martin. FFLCH-USP.

PEREIRA, Wemerson – **Geopolítica do Petróleo e Poder sobre o território na Venezuela: Das concessões ao Chavismo**. 2020, f. Trabalho de graduação individual. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020

PINHEIRO MACHADO, Marco Antônio – **Pré-Sal: a saga – A história de uma das maiores descobertas mundiais do petróleo**. 1 ed., Porto Alegre: L&PM, 2018

OVERLAND, Indra et al. - The GeGaLo index: Geopolitical gains and losses after energy transition. **Energy Strategy Reviews**, vol. 26, 2019

ROSS, Michael – **A maldição do petróleo (The Oil Curse)** / Michael Ross – Ed. Sanskrito Porto Alegre: CDG, 2015

SAN-AKCA, Belgin; SEVER, S. Duygu; YILMAZ, Suhnaz – Does natural gas fuel civil war? Rethinking energy security, international relations, and fossil-fuel conflict. **Energy Research & Social Science**, vol. 70, 2020

SANTOS, Milton et SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 10ª ed. Editora Record. Rio de Janeiro, 2008

SAUER, Ildo L.; RODRIGUES, Larissa – Pré-Sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Rev. Estudos Avançados**. Ed. 30 (88), 45p. 2016

SÉBILLE-LOPEZ, Phillipe – **Géopolitique du Pétrole**. Instituto Piaget. Editora Armand Colin, Paris, 2006

STRAKA, T. – Petróleo y Nación: el nacionalismo y la formación del Estado moderno en Venezuela (1936-1976). In: Straka (org.). **La Nación Petrolera: Venezuela, 1914-2014**. Caracas: Editora da Universidad Metropolitana, 2016, pp. 107-168, 1ªed.

STIGLIZ, Joseph E. – **Escaping the Resource Curse**. Nova York: Columbia University Press, 2007

STRACK, Diego; AZEVEDO, André F.Z. – A doença holandesa no Brasil: Sintomas e Efeitos – **Revista Economia e Desenvolvimento**, vol. 24, nº2, págs 68-91, 2012